



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



Vol. 18, número 1, jan-jun, 2025, pág. 279-298

Contribuições da Psicologia para o Diagnóstico socioeducacional no Paraná:
uma experiência extensionista com enfoque na Violência

Contributions of Psychology to Socio-Educational Diagnosis in Paraná: an
extension experience focusing on Violence

Contributions de la psychologie au diagnostic socio-éducatif au Paraná : une
expérience d'extension centrée sur la violence

Alex Eduardo Gallo¹

Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres²

Patricia Vaz de Lessa³

Resumo

A escola é uma instituição social a qual a vida das pessoas se entrelaçam no dia a dia, e contradições e enfrentamentos advindos da realidade social dos sujeitos podem favorecer alguns conflitos. Neste artigo, apresentamos alguns dados da pesquisa realizada no projeto, abrangendo todos os Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Estado do Paraná e teve como objetivo geral desenvolver ações integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas à formação continuada e sistematização do trabalho a ser desenvolvido por equipes multiprofissionais, Psicólogas e Assistentes Sociais, bem como a elaboração de diagnóstico socioeducacional. A abordagem metodológica proposta caracteriza-se como sendo quanti-qualitativa. O recorte apresentado se refere às respostas de 2877 estudantes quanto ao tema violência, sendo que a maioria dos estudantes respondeu não ter sido vítima de violência no contexto escolar e sobre o tipo de violência sofrida, as características físicas (estatura e peso) foram as mais votadas. Para considerações finais, ressaltamos a importância de ações para o enfrentamento do Bullying e violência pelas equipes multiprofissionais nas escolas, com vistas à implementação da lei 13.935/2019 no estado do Paraná.

Palavras-chave: Diagnóstico Socioeducacional; Equipes Multiprofissionais; Violência; Lei 13.935/2019.

¹ Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professor associado A da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento. E-mail: aedgallo@uel.br

² Doutora em Educação e Pós-doutora em Psicologia. Professora Associada do curso de Psicologia vinculada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: acpaeslemetorres@uel.br

³ Doutorado e Pós-Doutorado pelo Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – USP/SP. Professora da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Psicologia Social e Institucional. E-mail: patricia.lessa@uel.br



Abstract

The school is a social institution in which people's lives intertwine on a daily basis, and contradictions and confrontations arising from the social reality of individuals can foster some conflicts. In this article, we present some data from the research conducted in the project, covering all Regional Education Centers (NRE) in the State of Paraná. The general objective was to develop integrated actions in teaching, research, and extension aimed at continuous training and systematization of the work to be carried out by multidisciplinary teams, Psychologists, and Social Workers, as well as the development of a socio-educational diagnosis. The proposed methodological approach is characterized as both quantitative and qualitative. The presented findings refer to the responses of 2,877 students on the topic of violence, with the majority of students responding that they had not been victims of violence in the school context. Regarding the type of violence experienced, physical characteristics (height and weight) were the most reported. In the final considerations, we highlight the importance of actions to combat bullying and violence by multidisciplinary teams in schools, with a view to the implementation of Law 13.935/2019 in the State of Paraná.

Keywords: Socio-educational Diagnosis; Multidisciplinary Teams; Violence; Law 13.935/2019.

Résumé

L'école est une institution sociale avec laquelle la vie des personnes est étroitement liée au quotidien, et les contradictions et les confrontations nées de la réalité sociale des sujets peuvent favoriser certains conflits. Dans cet article, nous présentons quelques données de la recherche menée dans le cadre du projet, couvrant tous les centres régionaux d'éducation (NRE) de l'État de Paraná et dont l'objectif général était de développer des actions intégrées d'enseignement, de recherche et de vulgarisation visant la formation continue et la systématisation. du travail à réaliser élaboré par des équipes multidisciplinaires, des psychologues et des travailleurs sociaux, ainsi que la préparation du diagnostic socio-éducatif. L'approche méthodologique proposée se caractérise comme étant quantitative-qualitative. L'échantillon présenté fait référence aux réponses de 2877 élèves concernant le thème de la violence, la majorité des élèves ayant répondu qu'ils n'avaient pas été victimes de violence dans le contexte scolaire et concernant le type de violence subie, les caractéristiques physiques (taille et poids) étaient les plus votés. Pour conclure, nous soulignons l'importance des actions de lutte contre le harcèlement et la violence menées par des équipes multidisciplinaires dans les écoles, en vue de mettre en œuvre la loi 13 935/2019 dans l'État du Paraná.

Mots-clés: Diagnostic socio-éducatif; Équipes multidisciplinaires ; Violence; Loi 13.935/2019.



Neste artigo, apresentamos alguns dados da pesquisa realizada no projeto integrado de extensão e pesquisa, abrangendo todos os Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Estado do Paraná. Visto a importância e a necessidade da implementação da Lei 13.935/2019, o projeto propôs a atuação multiprofissional de psicólogos e assistentes sociais nos núcleos regionais de ensino de todo o estado. O objetivo geral foi desenvolver ações com levantamento de dados pela equipe multiprofissional para a elaboração de um diagnóstico socioeducacional no estado do Paraná, fornecendo subsídios para os profissionais da educação envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e ainda, identificar e mediar ações frente às necessidades comportamentais, psicopedagógicas e socioeconômicas dos estudantes da rede estadual de educação do Paraná.

Estabeleceu-se então, uma parceria entre Serviço Social Autônomo PARANÁ EDUCAÇÃO (Concedente), da Universidade Estadual de Londrina – UEL (Conveniente) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina - HUTEC (Interveniente) para execução do Projeto Integrado de Extensão/Pesquisa.

Os órgãos envolvidos: Universidade Estadual de Londrina/Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Biológicas – CCB e Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA; Serviço Social Autônomo Paraná Educação; HUTec - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina, sendo executado pela Universidade Estadual de Londrina com apoio da HUTec - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina e PROEX/UEL – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade.

Os procedimentos metodológicos foram integrados por sete eixos que buscaram contemplar as ações extensionistas em interação com as de pesquisa, sendo: 1) Formação continuada de assistentes sociais e psicólogos/os que atuaram junto às equipes de cada NRE; 2) Desenvolvimento de diagnóstico socioeducacional regionalizado; 3) Mapeamento e orientação para o envolvimento da rede intersetorial de proteção social básica nos territórios onde se localizam as escolas estaduais; 4)



Mapeamento das demandas das escolas estaduais, por meio de levantamento junto às direções e equipes pedagógicas dos estabelecimentos de ensino e/ou por meio de visitas técnicas; 5) Orientações técnicas sobre questões afetas às demandas apresentadas pelas escolas por meio de atividades remotas e/ou presenciais; 6) Sistematização permanente das experiências desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais nos NRE; 7) Elaboração de orientações para a atuação das equipes multiprofissionais. Todas as atividades foram realizadas por meio de plataformas virtuais, de acordo com as possibilidades, dinâmicas e necessidades levantadas em cada eixo, sendo executados concomitantemente.

Em destaque indicamos os encontros de formação continuada e supervisão semanal das ações realizadas pelos profissionais em cada Núcleo Regional de Educação. Para este artigo, apresentamos um recorte dos dados com enfoque no tema da Violência, coletados no eixo de desenvolvimento de diagnóstico socioeducacional regionalizado, realizado com a participação da coordenação acadêmica do projeto, e uma equipe composta por 17 supervisores, integrantes da equipe de apoio acadêmico. O diagnóstico socioeducacional contém questões, nos mais diversos aspectos, com objetivo de mapear as necessidades, fragilidades e potencialidades no contexto escolar. Para esse recorte estaremos apresentando o levantamento realizado junto aos estudantes relativos ao tema violência. Importante ressaltar que optamos por discutir os dados de apenas duas questões direcionadas aos estudantes devido ao enorme número de participantes.

Violência na escola

A violência, qualquer que seja sua forma, está presente no dia a dia. Esse fenômeno tem preocupado pesquisadores de diferentes áreas (Ristum, 2004). Essa violência pode ser definida de diversas formas. Williams (2002) sumariza as diversas definições existentes apontando que violência está relacionada à agressão. Em sua revisão, essa autora aponta que, para Loeber e Stouthamer-Loeber (1998), agressão seriam atos que infligem danos corporais ou psicológicos menos sérios, enquanto violência seriam atos agressivos que causam danos graves. Para Wistedt e Freeman (1994), agressão seria mais ampla que violência, pois incluiria palavras ou ações



ameaçadoras e irritabilidade. Para Parke e Sawin (1977), agressão seria um rótulo cultural, resultado de um julgamento social por parte do outro e Chauí (1985) define violência como uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais, quanto em termos interpessoais. Já Sidman (1989) e Andery e Sérgio (1997) relacionam a definição de violência com coerção. Em todo caso, segundo Bandura (1973, p.2), “tentativas de definir um conceito representam essencialmente um convite a caminhar por uma selva semântica”. Por essa razão, neste artigo, violência será tratada como sinônimo de agressão.

É possível classificar a violência/agressão a partir do contexto em que ela ocorre ou a partir dos comportamentos que a explicam. Quando se fala sobre violência na escola, no trânsito, nos estádios de futebol ou doméstica, está se classificando de acordo com o contexto em que ela ocorreu (na escola, no trânsito, no estádio ou na residência). Em todos os casos, essa violência pode ter sido física, psicológica ou sexual, o que implica em classes de comportamentos que causam danos físicos, psicológicos ou de natureza sexual.

Outra dimensão da violência a ser considerada, está relacionada à cultura de violência instalada nas relações sociais estabelecidas em nossa sociedade. De acordo com Caliman (2013), as manifestações de violência, seriam uma forma de expressar a falta de direitos fundamentais imposta à uma gama da população. O autor pontua que alguns problemas sociais importantes estão relacionados a “condicionantes culturais e estruturais como a desigualdade social, a negação de direitos fundamentais, a exclusão social”(Caliman, 2013).

Assim, a junção dos condicionantes acima relacionados, precisa ser parte de nossa análise sobre o fenômeno violência. A produção social de expressões e manifestações de violência possuem raízes profundas nas formas de interação dos sujeitos em sua realidade social, é preciso uma reflexão profunda das condições vivenciadas por esses sujeitos.

Para ilustrar como a violência em geral é prejudicial no Brasil, no ano 2022 foram registrados 21,7 homicídios por 100.000 habitantes (Cerqueira, & Bueno, 2024). Nos Estados Unidos, nesse mesmo período, a taxa de homicídios foi de 4,28 por



100.000 habitantes e no Canadá ocorreram 1,49 assassinatos por 100.000 habitantes (Statistics Canada, 2010).

Entrar em contato com crianças vítimas de violência é algo que causa indignação, dúvidas, receios, medos e esperança por mudanças. Segundo dados divulgados pela Fundação Abrinq:

“(...) mais de 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil em 2010, segundo o Mapa da Violência. Esse número coloca o Brasil na quarta posição entre os 99 países com as maiores taxas de homicídio de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Em 2012, mais de 120 mil crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e agressões, segundo o relatório dos atendimentos do Disque 100” (Brum, 2013, p. 23).

A grande quantidade de crianças e adolescentes vítimas de violência confirma a necessidade de desenvolvimento de estudos e trabalhos que busquem identificar e prevenir, contribuindo com o conhecimento científico, social e econômico (Garbin, Queiroz, Costa, & Garbin, 2010).

A busca por soluções para reduzir a violência nas escolas leva às ações da própria escola e ao apoio e acompanhamento da família, que são instituições que podem apresentar condições de proteção. Considerando a importância da família e do professor para o desenvolvimento de crianças, torna-se necessário investir em práticas educativas que possam desenvolver comportamentos de identificação e prevenção da violência.

Os efeitos da exposição à violência podem ser observados nas funções cognitivas e emocionais, na dinâmica escolar e social (Pereira, Santos, & Williams, 2009). Os efeitos mais frequentes são: falta de motivação, isolamento, ansiedade, comportamento agressivo, depressão, baixo desempenho acadêmico e evasão escolar, dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento (Brancahona, Fogo, & Williams, 2004).

Os prejuízos podem surgir como dados imediatos: pesadelos repetitivos, raiva, culpa, vergonha, medo do agressor, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização. Podem



também acontecer como danos tardios: aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos intrusivos, ideação suicida, fobias mais agudas, níveis intensos de ansiedade, medo e depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa, cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais (Day, Telles, Zoratto, et. Al., 2003).

Para combater a violência infantil, primeiramente é necessário identificá-la e conhecer quais são os direitos da criança. Assim, se torna mais evidente a necessidade de um trabalho interdisciplinar, em que vários profissionais, incluindo professores, médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, no exercício de suas atividades, estejam envolvidos com o atendimento e a defesa dos direitos da criança e suas violações. A atuação desses profissionais é fundamental na identificação e prevenção da violência contra criança, pois pode determinar o seu rompimento, impedir que muitos casos continuem acontecendo e interromper o ciclo deste tipo de abuso (Acioli, Lima, Braga, et.al. 2011).

A escola como instituição social educativa e de cidadania, local de referência de valores sociais, culturais e éticos, tem relevância na sociedade e apresenta condições favoráveis no sentido de identificar casos suspeitos (Brino, & Williams, 2003). Além disso, têm contato direto e diário com as crianças que passam uma grande parte do tempo na escola. Especificamente os professores de educação infantil têm papel importante, sendo que, o quanto antes a violência for identificada, menos a criança ficará exposta ao risco de crescer em um ambiente prejudicial (Almeida, Santos & Rossi, 2006). De acordo com Brino e Williams (2003) falta uma discussão qualificada acerca da violência contra crianças e adolescentes, no âmbito da formação inicial e continuada dos professores, o que tem levado, muitas vezes, à escolha de atitudes equivocadas em relação ao encaminhamento e à solução do problema.

A escola e seus professores podem desempenhar um importante papel, não só por meio da identificação e notificação de casos, como também redimensionando sua própria atuação (Granville, Souza, Menezes, et.al. 2009). A identificação dos casos



implica a identificação de fatores de risco em vários níveis: grupos sociais, estressores específicos ocorrendo na família, comportamento parental abusivo, características físicas e comportamentais da criança (Bastos, & Alcântara, 2006). Além de buscar aprofundamento conceitual, o profissional responsável pela criança precisa se instrumentalizar para registrar e notificar adequadamente a violência. A experiência tem demonstrado que registrar os casos com precisão e riqueza de detalhes auxilia não apenas quem atende, mas a toda a rede de auxílio, apontando para maior resolução do problema e, principalmente, para a saída da vítima da situação de violência em menor período (Felizardo, Zürcher & Melo, 2006).

A educação pode se constituir em espaço de sociabilidade saudável, promovendo formas de desenvolvimento de habilidades socioafetivas que possibilitem, na reflexão das condições de interação entre os sujeitos, a conscientização dessas condições a fim de buscar a transformação dessas relações.

O bullying pode ser definido como um tipo específico de violência, que comumente é observado em escolas, mas pode ocorrer em outros locais. A característica principal de define o bullying são todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que podem ter razão evidente, praticadas entre pares (Lopes-Neto, & Saavedra, 2003; Abramovay, & Rua, 2003; Land, 2003; Cheffer, & Gallo, 2009). Esse ato pode ser praticado por um indivíduo ou um grupo, contra uma ou várias pessoas. Tal ação pode causar dor e angústia nas vítimas que são atacadas com palavras, ações ou exclusão social (Cheffer, & Gallo, 2009). O bullying é diferente do assédio moral, que pode ser cometido entre pessoas hierarquicamente diferentes, ou seja, professor-aluno, como exemplo. O bullying é uma violência horizontal, pois ocorre entre pessoas do mesmo nível hierárquico, ou seja, pares (Cheffer, & Gallo, 2009).

Uma pesquisa organizada pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência), no ano de 2003, buscou encontrar termos na língua portuguesa que reproduzissem o conceito de bullying. A Associação cita as seguintes atitudes que podem ser entendidas como tal: apelar, ofender, zoar, gozar, sacanear, humilhar, intimidar, escarnar, aterrorizar, amedrontar, tiranizar, dominar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, dar um gelo,



perseguir, assediar, ameaçar, agredir, bater, chutar, empurrar, derrubar, ferir, quebrar pertences, furtar e roubar (Lopes-Neto, & Saavedra, 2003).

Segundo Carney e Merrel (2001) há diferença entre os gêneros na prática de bullying. No caso das meninas há utilização de atos mais amenos, como exclusão social ou ataques indiretos como fofoca e manipulação das amigas para atingir a vítima. Já os meninos tendem a usar a agressão física. Ainda, o bullying é 2,3 vezes mais frequente entre os meninos.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla que teve como objetivo a elaboração e aplicação de um diagnóstico socioeducacional regionalizado que possibilitasse o mapeamento de demandas enfrentadas nas diferentes escolas estaduais do Paraná, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética obtendo CAAE 77948523.6.0000.5231.

Metodologia

A abordagem metodológica proposta caracteriza-se como sendo quanti-qualitativa, isto é, pela articulação entre métodos quantitativos e qualitativos de investigação (Poupart, 2008). Como característica qualitativa a metodologia aplicada refere-se à metodologia da pesquisa-ação, pois essa nos possibilita uma aproximação mais fidedigna da realidade pesquisada trazendo subsídios que nos permita ações prospectivas que visem a transformação dessa realidade, como “linha de pesquisa associada a diversas formas de ações coletivas que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação” (Thiollent, 2022, p. 07), foi utilizada durante todo o processo.

De acordo com o autor acima, a pesquisa-ação possui dois tipos de objetivos: do conhecimento e prático. O objetivo do conhecimento visa adquirir informações e dados que possam auxiliar na prospecção de ações de transformação da realidade. O objetivo prático tem como função levantar as possíveis soluções e proposições de ações que possam contribuir para a realidade pesquisada. Tal abordagem, pressupõe uma aproximação da realidade que se busca compreender, por meio da interação



entre pesquisadores, profissionais e campo de estudo. Assim, os profissionais, no caso, os psicólogos e assistentes sociais envolvidos no projeto, utilizaram de instrumentos e procedimentos de pesquisa a fim de possibilitar o conhecimento da realidade escolar, conduzindo para um mapeamento diagnóstico socioeducacional das escolas. Para tanto, foram ofertados momentos de formação continuada aos profissionais, contemplando temas referentes à demanda do cotidiano escolar pesquisado, além de efetivar a elaboração e orientação de instrumentos que foram aplicados na comunidade escolar.

Portanto, foi elaborado um instrumento contendo 51 questões, enviado via forms para todas as escolas do Paraná, com objetivo de compor o diagnóstico socioeducacional regionalizado do estado. O instrumento foi respondido por Diretores, Docentes, Equipe Pedagógica e Estudantes, sendo uma pessoa de cada grupo como representante de cada escola, perfazendo um total de 2091 escolas.

As questões foram distribuídas em categorias a saber: Dados das Instituições, como: Localidade, organização administrativa pedagógica e infraestrutura, Processo Ensino-Aprendizagem, Relações Interpessoais, dificuldades e violências no cotidiano escolar, Saúde Mental, Transtorno de Desenvolvimento, Comunidade ou Participação da família e comunidade na escola, Inclusão, Atribuição dos Profissionais PSI e AS, Formação Continuada, Rede de proteção social básica no território, além de algumas questões abertas.

O instrumento foi respondido por 1590 escolas estaduais do Paraná, variando o número de grupos que responderam, e os dados coletados foram computados pelo sistema via power BI.

Análise e discussão

Durante a pesquisa realizada foi aplicado um diagnóstico socioeducacional e todas as escolas estaduais foram convidadas a responder o formulário. O formulário contempla 04 grupos de sujeitos: Docentes, Equipe Pedagógica, Diretores e Estudantes sendo que uma pessoa representante de cada grupo de sujeitos respondeu, importante esclarecer que esse número de representante poderia variar de acordo com o interesse da escola.



Dentre as 2091 escolas no estado do Paraná que compõem o universo do estudo, 1590 escolas (76%) responderam tendo os 4 grupos - Docentes, Equipe Pedagógica, Diretores e estudantes como respondentes; 125 (6%) escolas responderam com somente 1 grupo, 119 escolas responderam com 2 grupos e 223 responderam os 3 grupos. Em dados gerais, das 2091 escolas do Paraná, somente 34 (2%) das escolas não responderam ao instrumento. Assim, temos 2057 escolas respondentes.

Para a análise e discussão dos dados, optamos por apresentar um recorte que tem como amostragem 2.786 respostas de estudantes sobre violência, com enfoque nas questões: se já foram vítimas de violência na escola e os tipos de violência sofridos no contexto escolar. Gostaríamos de pontuar, que devido ao número alto de respostas, entendemos que seria mais produtivo apresentarmos apenas duas questões do diagnóstico direcionadas aos estudantes sobre o tema violência.

Na questão: *Você já foi vítima de algum tipo de violência no ambiente escolar?* conforme visualizamos no gráfico 1, a maioria dos estudantes 1820 (65%) respondeu que NÃO; **as respostas de SIM foram 681 (25%)**, e não sei informar teve 285 (10%) das respostas.

Gráfico 1

Você já foi vítima de algum tipo de violência no ambiente escolar?



Nota. Dados da pesquisa realizada em 2024.

A partir dos dados apresentados, podemos levantar a hipótese de que talvez não haja uma compreensão clara por parte dos estudantes sobre o que se caracteriza como sendo violência, talvez os estudantes tenham dúvidas sobre as diferentes dimensões da violência, sendo a resposta NÃO a que mais apareceu.

Na questão quanto aos tipos de violência que você já foi vítima, a opção Bullying devido as minhas características físicas (estatura e peso) tiveram 488 respostas; e machismo por ser mulher foram 180 respostas, seguidos de Racismo (por ser negro - preto ou pardo - ou indígena) com 93 respostas (10%). A condição de renda e pessoas com deficiência foram os aspectos com menos respostas, indicando que não são características alvo para os comportamentos de violência, conforme gráfico 2.

Observa-se que o bullying devido a características físicas apareceu com bastante frequência. Em pesquisa realizada, Cheffer e Gallo (2009) identificaram que quando perguntado ao agressor o que o motivou a praticar o bullying, as respostas apresentadas foram que a vítima tinha uma característica física que chamava atenção, além do fato de considerarem a vítima uma pessoa potencialmente indefesa. Isso mostra que aparência física pode ser o principal motivo para a prática do bullying.

Especificamente o racismo e as agressões à pessoas LGBTIA+ acabam sendo os episódios mais frequentes relatados pela literatura (Jadva, Guasp, Bradlow, Bower-Brown, & Foley, 2023).

Os dados apresentados, nos traz alguns elementos de extrema importância, pois revela o quanto as formas e condições das relações sociais em nossa sociedade valoriza uma cultura de violência, estética, de desigualdade social e de exclusão. Os paradigmas sociais impregnados em nossa sociedade provocam situações de mal-estar, de desvalorização do sujeito, reforçando valores e sentimentos de não pertencimento.

Gráfico 2

Qual tipo de violência você foi vítima?



Nota. Dados da pesquisa realizada em 2024.

Considerando a gravidade do assunto, resgatamos que em 2009, Cheffer e Gallo (2009) já mencionavam que as escolas, na maioria das vezes, não percebiam a ocorrência de bullying.

Diante dessa realidade, os pesquisadores sugeriram um levantamento junto aos professores, direção e funcionários para determinar se haveria uma compreensão



do fenômeno. Cheffer e Gallo (2009) aplicaram um questionário com questões sobre a prática do bullying com 180 estudantes da 5 a 8 série de escolas públicas em um município do Paraná. Os dados gerais mostraram que 90% dos estudantes sabiam o que era bullying. Foi perguntado qual papel o estudante desempenhou no caso de bullying, sendo vítima, testemunha e agressor. Os estudantes podiam identificar mais de um papel, ou seja, poderia ter presenciado um episódio de bullying como testemunha e ter sido vítima em outro episódio. Dentre os participantes, 38% se identificaram como testemunhas, 18% vítimas, 16% testemunha/vítima/agressor e 15% como testemunha/vítima.

Considerações finais

A escola é uma instituição social que integra pessoas nas mais diversas formas, instigando a socialização entre professores, estudantes, servidores e funcionários. Pessoas com diferentes características, de culturas diferentes, constituídos como sujeitos em seus grupos familiares, mas que frequentam um mesmo espaço, por longos períodos dos seus dias e que, nessa rotina, acabam se envolvendo e entrelaçando suas vidas em momentos de trabalho, produção de conhecimento e conflitos.

Esses conflitos, por vezes, se tornam explícitos, intensos ou até velados sendo tema para pesquisadores da Psicologia, Sociologia e Filosofia na busca de desvendar os aspectos que demarcam esses conflitos e as situações que acabam se transformando em violências enfrentadas e vividas na/da escola.

Silva, Vilela e Oliveira (2024) propuseram um olhar inovador na pesquisa sobre violência, avaliando em que medida os marcadores sociais que refletem hierarquias de poder estabelecidas na sociedade relacionam-se com o bullying. Os marcadores sociais estabelecidos pelas autoras foram: gênero, raça e nível socioeconômico entre os alunos do 9º ano do ensino fundamental no Brasil. Segundo as autoras, as análises foram realizadas de forma distinta para escolas públicas e privadas, levando em consideração os diferentes papéis dos alunos no contexto do bullying, seja como vítimas, agressores ou como ambos. Os resultados indicam que, no que diz respeito ao nível socioeconômico, o bullying tende a refletir as desigualdades de status



existentes na sociedade. Em ambas as escolas, pública e privada, os estudantes com maior nível socioeconômico têm mais chances de serem agressores, enquanto os de menor nível socioeconômico são mais vulneráveis a sofrer bullying. Em relação ao gênero, observa-se que os meninos têm maior tendência de se envolver com bullying, seja como vítimas, agressores ou em ambos os papéis, sendo essa diferença mais pronunciada nas escolas privadas. No que diz respeito à raça, o envolvimento com o bullying afeta os diferentes grupos raciais de diversas maneiras.

No diagnóstico socioeducacional mapeado no Estado do Paraná, fica evidente o alto índice de Bullying respondido pelos estudantes e, nos provoca a refletir e discutir cada vez mais o assunto.

Em pesquisa realizada por Ferreira, Júnior e Higarashi (2024) também no estado do Paraná, tiveram como objetivo compreender, pelo uso do Photovoice, as representações de bullying presentes entre adolescentes escolares do ensino médio. Com os resultados, os autores indicam as evidências de que, a prática do bullying acontece a partir das dissonâncias entre agressores e vítimas, com insultos à condição de conformação corporal, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros.

Além do bullying tradicional, é importante destacar o cyberbullying, que são as práticas de bullying em ambiente virtual. Em uma revisão bibliográfica feita por Flach e Deslandes (2017) sobre experiências digitais em relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens e adolescentes. O monitoramento digital (harassment), a pornografia de vingança, o compartilhamento de imagens de forma desconsentida, tentativas de acesso das mídias digitais da parceira com objetivo de causar dano, ameaçar e disseminar informações privadas, apareceram como principais tipos de violência no grupo estudado (Pessoa, Sena, & Muniz, 2022).

Entendendo que a escola é o ambiente escolar que pode ser de primeiro contato com a exposição das adolescentes, denota-se a necessidade de construção de uma abordagem ao fenômeno da exposição íntima on-line que o identifique enquanto uma forma de violência que está criminalizada, que causa danos à saúde mental e à vida pessoal e social das vítimas e que não pode ser naturalizada enquanto



algo que faz parte das interações sociais “normais” dos adolescentes no ambiente on-line (Souza, & Alberto, 2022; Pashang et al., 2019).

A questão problema que colocamos é: como as equipes multiprofissionais podem atuar no combate ao bullying no contexto escolar? Como as ações desses profissionais podem contribuir para a conscientização das consequências nocivas à saúde mental das pessoas, o Bullying pode causar?

No referido projeto de pesquisa, ensino e extensão, Psicólogos e Assistentes Sociais desenvolveram ações em 10 escolas prioritárias por 11 meses. Atuaram frente às demandas observadas, através das observações realizadas nas escolas, do relato da equipe pedagógica, na oitiva dos estudantes, assim como nos relatos do ponto focal dos Núcleos Regionais de Ensino. Ações para o enfrentamento do Bullying e violência estavam sempre nos planejamentos das equipes e ações conjuntas com a equipe pedagógica das escolas que, na maioria das vezes, dando suporte e apoio para a realização.

Reforçamos que não há intenção de esgotar o assunto neste texto, mas coadunamos com Ferreira, Junior e Higarashi (2024) ao afirmar:

“É preciso viabilizar ações articuladas entre educação e saúde para o diálogo e escuta a respeito do bullying na comunidade escolar, com vistas a seu enfrentamento, prevenção e proteção, almejando, sobretudo, o respeito e valorização das diferenças” (Ferreira, Junior e Higarashi, 2024, p. 01).

Entendemos a partir das reflexões realizadas e dos dados apresentados, que as expressões de violência ocorridas nas escolas refletem o que subsiste na realidade social. Podemos considerar que a escola ao compreender essa relação pode-se tornar espaço orientado para ajudar os indivíduos a refletirem sobre atitudes por meio do conhecimento, valores e problematização da realidade.

Referencias

Abramovay, M., & Rua, M. (2003). *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO.



- Acioli, R. M. L., Lima, M. L. C., Braga, M. C., Pimentel, F. C., & Castro, S. G. (2011). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: identificação, manejo e conhecimento da rede de referência por fonoaudiólogo em serviços públicos de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil*, 11(1), 21-28.
- Almeida, S. F. C., Santos, M. C. A. B., & Rossi, T. M. F. (2006). Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(3), 277-286.
- Andery, M. A., Sério, T.M.A.P. (1997). O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é suficiente? Em: R. A. Banaco (org.). *Sobre Comportamento e Cognição vol.1* (pp.106-116). Santo André: Arbytes.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A Social Learning Analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bastos, A. S. B., & Alcântara, M.A.R. (2006). Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes sujeitos A violência Intrafamiliar. Em: C. A. Lima (Coord.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brancahnone, P.G., Fogo, J.C., & Williams, L.C.A. (2004). Crianças expostas a violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 20 (2), 113-117.
- Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2003). Capacitação de educadores acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, 7(2), 1-10.
- Brum, E. (2013). *A menina quebrada*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Caliman, G. (2013) *Violência e direitos humanos: espaços da educação*. Brasília: Lider Livro.
- Carney, A. G., & Merrel, K. W. (2001). *Bullying in schools: Perspective on understanding and preventing an international problem*. Iowa: School Psychology International.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (2024). Atlas da violência. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Chauí, M. (1995). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Cheffer, L., & Gallo, A. E. (2009). Bullying: Um estudo em escola pública de Maringá. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 14(2), 335-375.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista Psiquiatria Rio Grande do Sul*, 25(1), 9-21.



- Felizardo, D., Zürcher, E., Melo, K. (2006). Violência Sexual: Conceituação e Atendimento. Em: C. A. Lima, (Coord.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ferreira, D. R., Junior, I. B. de O., & Higarashi, I. H. (2024). “Eu não sei como eu tenho força pra vir na escola”: manifestações e implicações do bullying entre adolescentes escolares. *Saúde e Sociedade*. 33(1), DOI 10.1590/S0104-12902024220692pt
- Flach, R. M. D., & Deslandes, S. F. (2017). Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: Uma análise bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), e00138516.
- Garbin, C. A. S., Queiroz, A. P. D. G., Costa, A. A., & Garbin, N. A. J. (2010). Formação e atitude dos de educação infantil sobre violência familiar contra criança. *Educar em Revista*, 2, 207-216.
- Granville, A. F. G., Souza, M. G. C., Menezes, V. A., Barbosa, R. G. & Cavalcanti, A. L. (2009). Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde e Sociedade*, 18(1), 131-140.
- Jadva, V., Guasp, A., Bradlow, J. H., Bower-Brown, S., & Foley, S. (2023). Predictors of self-harm and suicide in LGBT youth: The role of gender, socio-economic status, bullying and school experience, *Journal of Public Health*, 45, (1), 102–108, <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdab383>
- Land, D. (2003). *Teasing apart secondary students: Conceptualization of peer teasing, bullying and sexual harrassment*. Baltimore: School Psychology International.
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence. Some common misconceptions and controversies. *American Psychologist*, 53(2), 242-59.
- Lopes-Neto, A. A., & Saavedra, L. H. (2003). *Diga não ao bullying: Programa de redução de comportamentos agressivos entre estudantes*. Rio de Janeiro: ABRAPIA.
- Pashang, S., Khanlou, N., & Clarke, J. (2019). The mental health impact of cyber sexual violence on youth identity. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 17(5), 1119-1131.
- Parke, R. D., & Sawin, D. B. (1976). The father's role in infancy: A re-evaluation. *The Family Coordinator*, 25(4), 365–371.
- Pereira, P. C., Santos, A.B., & Williams, L.C.A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 25(1), 19-28.



- Pessoa, A. S. G., Sena, B. C. S., & Muniz, H. K. M. (2022). *Violência em tela: Crimes virtuais e digitais contra crianças e adolescentes*. Curitiba: Appris.
- Poupart, J., et al. (2008) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Ristum, M. (2014). Violência: Uma forma de expressão da escola. *Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, (2). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3054>
- Sidman, M. (1989) *Coerção e suas implicações*. Campinas, SP: Editorial Psy.
- Silva, C. S., Vilela, E. M., & Oliveira, V. C. (2024). Bullying nas escolas públicas e privadas: os efeitos de gênero, raça e nível socioeconômico. *Educação e Pesquisa*, 50, <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450264614>
- Sousa, L. M., & Alberto, M. F. P. (2022). Exposição íntima on-line: Vulnerabilidade à pornografia de vingança entre meninas adolescentes. Em A. S. G. Pessoa, B. C. S. Sena, & H. K. M. Muniz (Org.). *violência em tela: Crimes virtuais e digitais contra crianças e adolescentes* (pp. 23-40). Curitiba: Appris.
- Statistics Canada. (2010). *Homicides in Canada* [Data visualization tool]. <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/85-002-x/2011001/article/11561-eng.htm>
- Thiollent, M. (2022) *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. Em: H. J. Guilhardi; M. B. B. P. Madi; P. P. Queiróz; M. C. Scoz. *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp.155-164). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Wistedt, B., & Freeman, A. M. (1994). Aggressive patients. Em F. M. Dattilio & A. M. Freeman (Eds.), *Cognitive-behavioral strategies in crisis intervention* (pp. 345–361). The Guilford Press.

Recebido: 12.12.2024

Aprovado: 20.12.2024

Publicado: 01.01.2025

Autores

Alex Eduardo Gallo

Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professor associado A da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento. E-mail: aedgallo@uel.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3890-4270>



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres

Doutora em Educação e Pós-doutora em Psicologia. Professora Associada do curso de Psicologia vinculada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: acpaeslemetorres@uel.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0978-780X>

Patricia Vaz de Lessa

Doutorado e Pós-Doutorado pelo Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – USP/SP. Professora da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Psicologia Social e Institucional. E-mail: patricia.lessa@uel.br ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0006-4699-7573>